

# Governo evita tentativa de emendar desindexação

BRASILIA  
12 JUL 1995

As lideranças governistas vão esvaziar a última sessão da Comissão Especial que analisa a medida provisória da desindexação, na tarde de segunda-feira. O objetivo é impedir a votação do parecer do senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), considerado alinhado às idéias da oposição, e desta forma abrir o caminho para mais uma reedição da medida.

O próprio ministro do Trabalho, Paulo Paiva, deixou escapar o desinteresse do Governo pela votação — admitido reservadamente pelos líderes — ao final de um debate promovido ontem pela Comissão. “Queremos ter a medida aprovada para contarmos com uma lei definitiva sobre o assunto”, disse Paiva. E acrescentou: “Mas como existe um grau de incerteza, não sei se o Congresso terá tempo de votá-la”.

O relator Coutinho Jorge aproveitou a presença do ministro para fazer uma defesa veemente de sua tese de proteção aos salários de até três mínimos. O senador desafiou o Governo a provar que seria inflacionária a sua fórmula de garantir a reposição integral da inflação ocorrida entre julho deste ano, quando deixa de existir o IPC-r, e a próxima data-base dos assalariados que recebam o equivalente a até R\$ 300.

A sua proposta é a mesma da oposição”, respondeu Paiva, demonstrando certa irritação com a insistência do relator. “Ela é incompatível com o programa do Governo e poderia resultar no adiamento por um ano da estabilização da economia”, acusou.

Durante a sua exposição à co-

missão, Paiva procurou demonstrar que a desindexação prevista pela medida será implantada de forma gradual. De agosto deste ano a julho do ano que vem, explicou, os assalariados terão de lutar de forma crescente pela reposição da inflação passada. Em agosto, apenas um mês após o fim do IPC-r, restará um mês para ser negociado com os patrões. Em julho do ano que vem, 12 meses de inflação estarão em jogo. Os deputados de oposição, no entanto, afirmaram que o Governo não estava agindo de forma gradual. “A desindexação para os salários é radical”, acusou o deputado Paulo Paim (PT-RS). “A partir de agosto deste ano, não existe sequer uma lei, que garanta reposição anual de perdas aos trabalhadores”, lamentou.